

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 268/2022  
PROCESSO 128/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

#### **I– EMENTA**

Direito administrativo. Pregão Eletrônico. Formação de Registro de Preços. Aquisição parcelada de uniformes, bolsa e mochilas para agentes de Saúde.

#### **II - DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 20/2022, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa dar início à fase externa do processo licitatório.

#### **III- RELATÓRIO**

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou os autos de pregão, que versa sobre a aquisição de uniformes, bolsa e mochilas para agentes de Saúde dos Municípios.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Solicitação inicial – evento 03
- 03) Pesquisa de Preços – evento 04
- 04) Solicitação de aquisição de materiais – evento 05
- 05) Parecer Contábil – evento 06
- 06) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 07) Ato de Consórcio – evento 08
- 08) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 09) Solicitação de Parecer – evento 10

É o relatório.

#### **IV– DO PARECER**

Primeiramente cabe destacar que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.480/2002, c/c o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, tampouco aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Autarquia.

#### **a) Da Justificativa da Contratação**

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

Considerando a Justificativa de evento 02, que se refere à necessidade de paramentação adequada dos profissionais de saúde, frente à padronização dos uniformes usados pelos agentes de saúdes municipais, conforme manual de Aplicações Saúde com Agente, do Ministério da Saúde, em atendimento aos entes consorciados ao CONIMS, entende-se ser razoável a compra em maior quantidade, que possibilita a obtenção de melhor preço e condições.

#### **b) Da Modalidade Eleita**

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 1º, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, vejamos:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

No processo licitatório em análise, pretende-se a aquisição de bens passíveis de descrição por critérios de mercado, classificados como “bens comuns”<sup>1</sup>, conforme se depreende do Termo de Referência e do descritivo de solicitação de materiais.

Atestada a natureza comum dos bens pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

Assim sendo, nota-se que o setor de licitações observou devidamente as exigências legais para a realização do presente processo licitatório e que o procedimento em análise encontra-se devidamente autuado, protocolado e numerado, inexistindo nesse ponto inconformidades.

---

<sup>1</sup>Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

Constam também nesses autos: a indicação do recurso orçamentário para a despesa, consoante parecer contábil, a definição da modalidade licitatória, e a autorização da autoridade competente, para esta licitação. A formação do preço foi realizada por meio de ampla pesquisa de mercado, com indicação da realidade de mercado.

No processo licitatório em análise, utiliza-se o registro de preços, previsto na lei 8.666/93 em seu art. 15, inciso II, que prescreve que quando possível as compras devem ser realizadas através deste instrumento, vejamos:

*“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:  
II - ser processadas através de sistema de registro de preços;”*

**c) Da Lei Complementar 123/2006**

Quanto à incidência da Lei Complementar 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e seguintes alterações, a exigência de participação exclusiva e com cotas para micro e pequenas empresas foi devidamente observada.

Por fim, quanto à redação da minuta do Edital, especialmente seu Termo de Referência, sugere-se a inserção do seguinte trecho no item 23 – Disposições Gerais:

**23.15.** As comunicações entre o CONIMS e o Licitante participante, seja no âmbito da licitação seja em eventual processo administrativo apuratório de responsabilidade dela decorrente realizar-se-á, preferencialmente, de forma eletrônica, cabendo ao Licitante/Contratado manter seu email de cadastro junto ao CONIMS atualizado, eis que será utilizado como ferramenta de comunicação entre as partes.

**V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, é como se manifesta esta procuradora.

Pato Branco, 02 de junho de 2022.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
**OAB/PR 35.313**